



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
DIRETORIA LEGISLATIVA

LEI N. 2.608, DE 15 DE MAIO DE 2020
(DOM 15.05.2020 – N. 4840, ANO XXI)

ISENTA os doadores de medula óssea do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Ficam os doadores de medula óssea isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela administração direta e indireta do Município de Manaus.

§ 1.º Para os efeitos do **caput**, a doação de medula óssea não se confunde com a coleta de amostra de sangue para estudo de compatibilidade.

§ 2.º A isenção de que trata a presente Lei também terá validade para os concursos promovidos pela Câmara Municipal de Manaus.

Art. 2.º O candidato deverá ter doado medula óssea, ao menos uma vez, no período de dez anos, antes da inscrição no respectivo concurso.

Art. 3.º A isenção do pagamento da taxa constará expressamente no edital do concurso, cuja omissão não resulta em perda desse benefício.

Art. 4.º A concessão da isenção de que trata esta Lei ficará condicionada à apresentação no ato da inscrição, do competente comprovante de doação de medula óssea do candidato, devidamente datado.

§ 1.º Para comprovação da doação de medula óssea, é suficiente o atestado ou laudo médico, contendo declaração subscrita por médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina.

§ 2.º Se a inscrição no concurso público puder ser feita por meio da internet, o respectivo edital disporá sobre como o candidato que assim proceder a sua inscrição fará a apresentação ou encaminhamento dos documentos de que trata este artigo.

Art. 5.º Será eliminado do concurso público o candidato que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos no art. 1.º, tenha obtido, com o emprego de fraude ou de qualquer outro meio que evidencie a má-fé, a isenção de que trata esta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS
DIRETORIA LEGISLATIVA

Parágrafo único. A eliminação de que trata este artigo:

I – deverá ser precedida de procedimento em que se garanta ao candidato ampla defesa e contraditório;

II – importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 6.º Ficando caracterizada a hipótese prevista no art. 5.º, o candidato ficará impedido de se inscrever em concurso público promovido pelo Município de Manaus pelo prazo de dois anos.

Art. 7.º (VETADO).

Art. 8.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 15 de maio de 2020.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM de 15.05.2020 – Edição n. 4840, Ano XXI.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, sexta-feira, 15 de maio de 2020.

Ano XXI, Edição 4840 - R\$ 1,00

Poder Executivo

LEI Nº 2.608, DE 15 DE MAIO DE 2020

ISENTA os doadores de medula óssea do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Ficam os doadores de medula óssea isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pela administração direta e indireta do Município de Manaus.

§ 1.º Para os efeitos do **caput**, a doação de medula óssea não se confunde com a coleta de amostra de sangue para estudo de compatibilidade.

§ 2.º A isenção de que trata a presente Lei também terá validade para os concursos promovidos pela Câmara Municipal de Manaus.

Art. 2.º O candidato deverá ter doado medula óssea, ao menos uma vez, no período de dez anos, antes da inscrição no respectivo concurso.

Art. 3.º A isenção do pagamento da taxa constará expressamente no edital do concurso, cuja omissão não resulta em perda desse benefício.

Art. 4.º A concessão da isenção de que trata esta Lei ficará condicionada à apresentação no ato da inscrição, do competente comprovante de doação de medula óssea do candidato, devidamente datado.

§ 1.º Para comprovação da doação de medula óssea, é suficiente o atestado ou laudo médico, contendo declaração subscrita por médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina.

§ 2.º Se a inscrição no concurso público puder ser feita por meio da internet, o respectivo edital disporá sobre como o candidato que assim proceder a sua inscrição fará a apresentação ou encaminhamento dos documentos de que trata este artigo.

Art. 5.º Será eliminado do concurso público o candidato que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos no art. 1.º, tenha obtido, com o emprego de fraude ou de qualquer outro meio que evidencie a má-fé, a isenção de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A eliminação de que trata este artigo:

I – deverá ser precedida de procedimento em que se garanta ao candidato ampla defesa e contraditório;

II – importará a anulação da inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 6.º Ficando caracterizada a hipótese prevista no art. 5.º, o candidato ficará impedido de se inscrever em concurso público promovido pelo Município de Manaus pelo prazo de dois anos.

Art. 7.º (VETADO).

Art. 8.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 15 de maio de 2020.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus

DECRETO Nº 4.825, DE 15 DE MAIO DE 2020

DISPÕE sobre os requisitos mínimos de qualidade das câmeras a serem utilizadas no Circuito Fechado de Televisão – CFTV em veículos do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano de Manaus, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no exercício da competência que lhe confere o art. 128, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a Lei nº 789, de 15 de julho de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos coletivos urbanos de Manaus serem equipados com microcâmeras e gravadores de vídeo, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o art. 7º, inc. XII, da Lei nº 1.779, de 17 de outubro de 2013, que preceitua o dever do prestador de serviço de instalação nos veículos, quando determinado pelo Poder Público, de instrumentos tecnológicos para controle da prestação do serviço, segurança e comodidade dos usuários;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta nº 02/2019/61PROCEAP/81PRODECON, em que é compromitente o Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM e são compromissários a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas – SSP/AM, a Delegacia-Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas, o Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas, o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – IMMU, a Casa Militar da Prefeitura de Manaus e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas – SINETRAM;